

# (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária

Maria de Fatima Quintal de Freitas

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

## RESUMO

Este artigo faz uma análise sobre as possíveis relações entre as práticas comunitárias e os projetos políticos nos quais estão ancoradas. Pretende uma reflexão sobre as relações entre comunidade, líderes comunitários e agentes externos quanto a: significados sobre o próprio trabalho na vida cotidiana de cada um, possibilidades de avanço, coerências quanto às propostas de transformação. Propõe-se, também, uma análise sobre os processos e dimensões psicossociais presentes na relação comunidade, agentes externos e trabalhadores comunitários que têm se revelado fundamentais durante os trabalhos comunitários, para cada um dos pólos envolvidos. Para isso serão desenvolvidos três eixos de discussão: um sobre o contexto da globalização e suas repercussões para os trabalhos comunitários; outro, sobre as características das práticas comunitárias dentro da perspectiva das psicologias sociais da libertação e comunitária; e, por último, sobre os desafios psicossociais enfrentados pelo trabalhador comunitários na vida cotidiana.

**Palavras-chave:** Dinâmica comunitária e vida cotidiana; práticas psicossociais em comunidade; Psicologia Social Comunitária.

## ABSTRACT

*(In)Coherence among social psychological practices in the community and social transformation projects: Approaches between Social Psychology of Liberation and Community Psychology*

Under the Community Social Psychology perspective, this paper presents a discussion about the challenges and dilemmas that are experienced daily by community workers and professionals, resulting of a complex component's assemblage linked that start on the work conditions, passing through the relations established with their work subject, even how these participants involved perceive themselves during this process, and what kind of meaning they assign to it along their lives. This study brings some reflections about possible relationship between professionals and internal agents, whose frequency constitute a crucial and delicate dimension for the daily work, is pertinent to the identification of possibilities for action at each of those poles. We propose an analysis of the psychosocial processes and dimensions present in the relations among the community, community workers, leaders and external agents who have been important during the community work. Understanding these dynamics, which change at each phase of the work, may contribute to an understanding of the reasons for both the successes and failures of the community work. To this end, an analysis about the dilemmas for the daily life in the community work.

**Key words:** Community dynamics and daily life; psychosocial practices in the community; Community Social Psychology.

Neste novo milênio, acompanhando um movimento acontecido em especial na última década do século XX, ao observarmos o aumento no volume de trabalhos e projetos comunitários, assim como de campanhas sociais que têm sido desenvolvidos, voltados para os setores populares e para o enfrentamento das diferentes problemáticas que assolam a vida cotidiana da maioria da população, poderíamos dizer que os desafios – colocados às práticas e ações comunitárias

implementadas pelas diferentes áreas profissionais – aumentaram e têm adquirido o caráter de um certo ineditismo. Os contextos de globalização e as relações geradoras de exclusão e de formas sutis de discriminação têm re-apresentado, para as práticas em comunidade, questões cruciais na perspectiva da sobrevivência social e psicossocial dos diversos atores sociais, assim como para a preservação das redes mínimas de solidariedade.

Este trabalho visa uma reflexão a respeito do que a Psicologia Social Comunitária poderia oferecer para subsidiar uma análise sobre relações possíveis entre as ações comunitárias desenvolvidas e os projetos políticos propostos ou mesmo resultantes. Levantam-se indagações a respeito das aproximações e distanciamentos que poderia haver entre as práticas desenvolvidas e os projetos políticos voltados para a realização dos mesmos, cuja intersecção, ao longo destas últimas décadas, tem nos mostrado ser intensa, apesar de nem sempre coerente em seus comprometimentos políticos.

Para isto, serão desenvolvidos, aqui, *três eixos* de discussão. No *primeiro*, será abordado o contexto atual da globalização e suas repercussões psicossociais para os diferentes trabalhadores e agentes sociais, delineando-se armadilhas recorrentes expressas no chamado ‘pensamento único’, seja pelo apelo às campanhas de voluntariado, seja pela defesa de práticas, supostamente inéditas, vistas como sinônimo de transformação social. No *segundo*, serão identificadas as condições necessárias para a realização de intervenções psicossociais em comunidade, dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária e da Psicologia Social da Libertação, fundamentadas na perspectiva do pesquisador e psicólogo social latino-americano Ignacio Martín-Baró. E, no *terceiro*, abordar-se-ão os desafios teórico-metodológicos e políticos para o cotidiano dos trabalhos comunitários, em termos da coerência entre a prática psicossocial desenvolvida e o projeto político proposto.

## EIXO I CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO, PENSAMENTO ÚNICO E REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS NA VIDA COTIDIANA

Poderíamos iniciar com uma indagação, que tem acompanhado o cotidiano dos profissionais, quando da realização de seus trabalhos nas diferentes dinâmicas e contextos comunitários: *Em que medida as ações comunitárias estão, coerentemente, sendo contempladas nos diferentes projetos políticos ligados ou voltados para este tipo de trabalho?*

O fenômeno da urbanização e o processo de “periferização” das cidades, mais significativos a partir do último quartel do século passado, devem também ser considerados na análise sobre as repercussões psicossociais na rede de relações que as pessoas estabelecem em seus locais de existência. Em 1970, é a primeira vez no Brasil que a população urbana supera a população rural, devido à intensa migração, atingindo 20 milhões que migram de 1950 a 1970. Tomando-se como referência a região metropolitana das oito

maiores cidades brasileiras (RJ, SP, BH, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Recife e Salvador) encontram-se diferenças assustadoras e preocupantes no cotidiano e nas condições de sobrevivência entre os moradores das periferias e os das regiões centrais destas cidades, nestas últimas três décadas, incluindo-se, aqui, os moradores de favelas, cuja localização mais central, em certa medida, tem permitido um acesso melhor aos equipamentos e serviços públicos, essenciais e disponíveis. (Veja, n. 3, 2001). No período de oito anos (de 1993 a 2001), a periferia dessas cidades subiu de 37 para 42 milhões de habitantes, o que corresponderia a um crescimento médio anual, por região, de 77.500 pessoas a mais. Infelizmente, na mesma velocidade do crescimento da periferia, não houve um aumento dos serviços básicos oferecidos para essas populações. Pode-se, então, falar em precarização da vida cotidiana que, infelizmente, tem adquirido uma dimensão definitiva e, que acaba produzindo uma repercussão psicossocial que afeta a rede de relações e a vida concreta das pessoas (Veja, n. 3, 2001; Censo 2000, IBGE).

É nesta dinâmica, também, que se presencia nos últimos anos, a criação de inúmeras entidades (Landim, 1998; Gohn, 2000) – em sua maioria públicas não estatais – dirigidas à resolução de vários problemas sociais e econômicos, visando potencializar processos de participação política, mesmo que com matizes diversos. Temos, assim, como exemplos diferentes tipos ou formas de práticas comunitárias. Entre elas encontramos os inúmeros trabalhos dentro do chamado Protagonismo e Responsabilidade Sociais, como as campanhas sociais e de voluntariado coordenadas pelo chamado Terceiro Setor, com subsídios, diretos ou indiretos, de 40% das empresas brasileiras (*Época*, n. 75, 1999). O total de voluntários era, em 2001, estimado em 26 milhões de brasileiros, localizados na faixa de 15 aos 60 anos, atuando em distintas entidades e participando em diferentes programas de intervenção social, tendo os trabalhos características variadas de assistencialismo, filantropia, compromisso político, implicação com a politização comunitária e formação consciente de atores sociais voltados para uma vida mais justa e digna na perspectiva coletiva (*Folha de SP*, n. esp. 6, 01/04/2001; *Exame*, 2002). Além deste campo, encontram-se, também, as inúmeras ONGs, com os mais diversos matizes políticos e ideológicos, girando em torno de trabalhos voltados para a capacitação eminentemente técnica, até uma formação cidadã e política comprometida com a melhoria da vida societária (Landim, 1998; Scherer-Warren, 1999). E, por fim, há também, os antigos trabalhos comunitários, no campo da filantropia e das comunidades religiosas (Doimo, 1995).

Pode-se dizer que essas diferentes práticas comunitárias referem-se a projetos, campanhas e programas de intervenção que significaram, em alguns momentos, uma espécie de substituição aos ‘antigos’ movimentos sociais, às comunidades eclesiais de base dos anos 60 e 70, às associações e movimentos comunitários, aos movimentos profissionais e às organizações populares. Em outras ocasiões, caracterizaram-se pela constituição de diferentes parcerias, tendo como finalidade potencializar a eficácia técnico-profissional dos resultados propostos em cada um dos projetos. Em outros momentos, ainda nos deparamos com os chamados ‘antigos’ movimentos sociais e organizações populares, cuja trajetória e implicação políticas, puderam fornecer o conteúdo político dos temas e eixos considerados imprescindíveis para a capacitação de novos profissionais, a fim de que atuassem junto às diferentes populações possuindo, também, um domínio metodológico e estratégico para a intervenção psicossocial (Sandoval, 2001; Gohn, 2000; Freitas 2000 e 2002).

Ao lado desta expansão dos tipos e abrangência das intervenções comunitárias, estamos hoje, também, vivendo o chamado “pensamento único” no mundo contemporâneo (Santos, 2004; Ribeiro, 2002) que também traz repercussões para estas práticas. Assim, verificamos que inúmeros apelos e chamamentos para a participação voluntária, através da inserção em diferentes campanhas e programas de ação social, estão sendo, subliminarmente, incorporados como necessários e como sendo de responsabilidade de cada cidadão no seu dia a dia. Esta forma de pensar e focar a vida social *traz alguns subprodutos*, no cotidiano das relações, que implicam em *repercussões psicossociais* relevantes.

Um desses subprodutos refere-se aos vários espaços de atuação, junto aos diversos grupos populares, que passam a ser reconhecidos e aceitos para o desenvolvimento de programas de intervenção em comunidade, desde que manifestem uma clara preocupação com as questões sociais, aliada a uma forte disposição em ajudar o próximo. Trata-se da construção e difusão da imagem, socialmente valorizada e representada, pela ‘mão estendida’, que ampara e ajuda aos mais necessitados e desvalidos (Landim, 1998). Outro aspecto que deriva daí, é a crença de que há uma certa incapacidade e/ou imobilismo na população, o que justificaria o fato dela passar a ser o centro de tais programas. Reinstala-se, assim, um círculo de dependência perversa, à semelhança do que Paulo Freire chamou de educação bancária, entre os que possuem os recursos e estratégias para “poderem fazer”, e os que “precisam ser ajudados” colocando-se, desta maneira, na posição de necessitados (Guareschi, 2004). Uma

terceira repercussão localiza-se na percepção distorcida sobre a complexidade da realidade. Ou seja, ela se nos apresenta com tal complexidade que nos permite dizer que tantos serão os trabalhos e propostas de ação, quantas forem as temáticas criadas para serem interessantes para a investigação. Isto revela uma falácia de interpretação: em verdade, a relação de complexidade da realidade não pode ser determinada pela quantidade de trabalhos existentes e desenvolvidos, não há esta relação mecânica. E, como quarta repercussão, poderíamos dizer que o cenário para a crença de que é necessário fazer algo em prol de outrem está, assim, criado, havendo um fenômeno psicossocial apoiado em três aspectos. No primeiro aspecto, haveria um alívio derivado do fato de que algo está sendo feito, seja por ações diretas, seja por trabalhos de outros profissionais e agentes comunitários. No outro, uma sensação de colaborar para um certo controle sobre os rumos da sociedade, comunidade ou dos grupos, visto que todos sentem-se e têm a idéia de estarem participando de algum modo. E, por fim, haveria o encontro de razões para o insucesso ou lentidão dos resultados, situando-as em algum aspecto do destinatário da ação comunitária desenvolvida, seja em termos de atributos pessoais, como falta de empenho e/ou motivação, seja nas condições de vida atribuindo razões inevitáveis à miséria e desumanização que, de certo modo, os teria “acostumado” a se submeterem e não reivindicarem seus direitos. A lógica internalizada de explicação da vida cotidiana revela a falta de uma análise sobre os aspectos estruturais e conjunturais responsáveis pelas condições de miséria, doença, desemprego e violência que afetam o cotidiano, de tal modo que esta lógica acaba por despolitizar tais problemáticas (Martín-Baró, 1985, 1987 e 1988 a; Freitas, 2000 e 2002; Anderson, 1998).

## EIXO II INTERVENÇÕES PSICOSSOCIAIS EM COMUNIDADE NA PERSPECTIVA DAS PSICOLOGIAS SOCIAIS: DA LIBERTAÇÃO (IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ) E COMUNITÁRIA

Chegamos, então, ao ponto de podermos fazer algumas identificações que nos parecem imprescindíveis, dentro da proposta indicada neste trabalho, a respeito das coerências internas e externas presentes nos trabalhos de intervenção psicossocial.

... la comprensión sobre lo que sucede con las personas, em su día a día, sobre los significados que atribuyen a su vida y al tipo de relación que establecen con los demás se puede constituir en verdadero punto de inflexión, para que las

práticas comunitárias avancem o no, en la dirección propuesta. Estos significados – sobre la vida y sobre las relaciones establecidas – así como la comprensión sobre lo cotidiano de las personas, deben ser identificados y analizados en el contexto de los integrantes del grupo de profesionales externos, del grupo autóctono y, tan bien, en las dimensiones relacionales entre esos dos grupos, para intentar captar la dinámica de los fragmentos de la vida cotidiana de los actores involucrados (Freitas, 2002, p. 294).

Torna-se importante identificar a necessária relação, a ser explicitada em todos os trabalhos comunitários, entre a *prática desenvolvida* no cotidiano das intervenções psicossociais em comunidade e os *projetos políticos implicados*, nos quais deveriam estar sendo contemplados esses trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade (Freitas, 2002 e 2003). Considerando o *continuum coerência-incoerência* entre prática comunitária e proposta política subjacente, ao se indagar sobre os aspectos necessários para isso, podem ser identificadas algumas dimensões que nos parecem, aqui, importantes, relativas a: conhecimento existente e disponível sobre as ações e os projetos realizados; caráter inédito das práticas e sua relação com a transformação social; e, a concepção de sociedade e de Homem implícitos nesses trabalhos.

Passados já vinte anos em que temos uma ampliação das práticas no campo comunitário, podemos dizer que o intercâmbio e conhecimento sobre propostas e projetos já realizados, ou em andamento, tornam-se imprescindíveis. Isto se faz notar quando temos acesso à divulgação de trabalhos realizados com os mais diferentes matizes e orientações teórico-metodológicos. Como exemplo, encontram-se trabalhos dirigidos a problemas de violência urbana e doméstica buscando desde formas de prevenção a médio e longo prazo, até intervenções imediatas com o desenvolvimento de estratégias de resistência e sobrevivência psicossocial cotidiana, implementando redes comunitárias de convivência. Há, também, inúmeras práticas voltadas ao enfrentamento dos altos índices de gravidez e uso de drogas em jovens, assim como em relação ao desemprego, falta de emprego, à perda de identidade e destruição do enraizamento psicossocial. Vários são os trabalhos e propostas de intervenção com leques epistemológicos abrangentes: a) temos aqueles com uma ênfase na temática, empregando uma técnica eficaz (como por exemplo o uso de programas de educação e re-educação para drogadictos, a identificação de estilos de ação e comportamentos de risco mais prováveis); b) encontram-se outros primando pela constituição de grupos de reflexão em torno de problemas que

afetam a toda comunidade; c) deparamo-nos com o desenvolvimento de programas de ação coletiva e grupal, com reuniões e grupos orgânicos, e a implementação de grupos-atividade a partir dos recursos existentes (materiais e humanos) e das necessidades vividas pelas pessoas diante de problemas de natureza estrutural, objetivando a formação de consciência, o fortalecimento dos processos de subjetivação e a construção de relações mais cooperativas.

Desta forma, no exposto até aqui, percebe-se que o conhecimento sobre as ações e propostas existentes nos projetos de intervenção comunitária, tem grande relevância, seja para o início e continuidade desses trabalhos, seja para se poder identificar as continuidades, rupturas e descontinuidades, internas e externas, nessas práticas (Freitas, 1998, 2002 e 2003). Quanto ao próprio desenvolvimento dos trabalhos, dentro da perspectiva interna, são importantes os conhecimentos relativos a: temáticas abordadas; contextualização da experiência em desenvolvimento; instrumentos e critérios utilizados; grau de sensibilidade das metodologias empregadas para a apreensão e compreensão da realidade em questão; formação e capacitação teórica e política; e, diagnóstico e planejamento de ações. Na perspectiva externa, são necessários conhecimentos que ultrapassem uma análise aparential e descritiva, viabilizando a compreensão dos aspectos epistemológicos e políticos da ação, nos planos macro e micro-sociais da vida cotidiana.

Ao fazer isto, poderíamos saber se se *tratam de ações e programas dirigidos à transformação social*, de tal modo que envolvam todas as etapas e condições de realização do próprio trabalho, incluindo-o dentro de uma projeto de sociedade transformadora ou em vias de transformação. Ou, então, poder-se-iam identificar as diferentes *dimensões* desses trabalhos comunitários, que poderiam ser transformadoras em alguns momentos, sem necessariamente implicar numa proposta de transformação social na sua totalidade ou nos aspectos estruturantes.

A discussão, aqui pretendida, permitiria pensar em um *continuum* entre *Transformação – Manutenção*, de modo que os trabalhos comunitários e de intervenção psicossocial poderiam situar-se em algum ponto desse continuum (Freitas, 2002). Além disto, seria possível também que esses trabalhos poderiam mudar de lugar nesse *continuum*, dependendo da etapa e condição em que estivessem, o que os caracterizaria como trabalhos com ‘momentos de transformação e revolução’, embora tivessem, muitas vezes, propostas conservadoras ou mantenedoras do *status quo*, independentemente do grau de clareza sobre isto por parte dos agentes implicados.

A discussão, hoje, sobre o fato das práticas comunitárias serem inéditas e se isto apresenta relação com a possibilidade de transformação social, parece-nos importante na medida em que, na atualidade, encontramos uma proliferação de práticas e trabalhos comunitários dirigidos a uma variedade de problemáticas e defendendo um caráter de ineditismo e, também, de revolução, oposição ou mesmo alternativa ao status quo vigente.

Neste cenário de tantos serem os trabalhos, quantas tenham sido as fragmentações da realidade social que se tornaram projetos comunitários, constata-se que muitas das práticas advogam para si um caráter de ineditismo, especialmente, argumentado pelo aspecto inusitado do tema, da população alvo, do local no qual é realizado ou, ainda, das condições de realização do mesmo (Freitas, 2000 e 2003). Entretanto, estes aspectos, por si só, não legitimam o caráter nem de ineditismo, nem de transformação social. Podem, sim, referir-se a novidades em termos de população alvo, de instrumentos e recursos empregados, de temas ou assuntos abordados e locais investigados. A aproximação e ida do pesquisador em direção à realidade concreta podem, sim, apresentar um certo caráter de ineditismo (Figura 1). Com isto pretende-se defender que não é o fato dos trabalhos comunitários poderem ser realizados junto a “sujeitos novos, diferentes e incomuns”, ou com recursos e ferramentas nunca utilizados, ou em situações “desafiadoras e diferentes” que lhes dá a dimensão de ineditismo e, ao mesmo tempo, de transformação social. Esses trabalhos podem apresentar um certo grau de ineditismo, em algum aspecto, porém isto não implica em que sejam transformadores, socialmente falando.

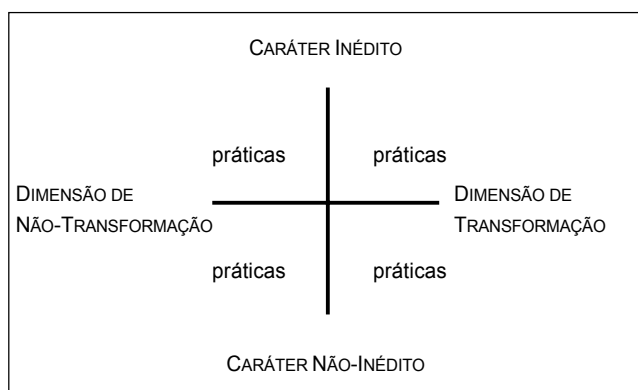


Figura 1 – Possibilidades de Práticas Comunitárias dependendo do Grau de Ineditismo e da Dimensão de Transformação Social das Intervenções Psicossociais.

Todavia, considerando-se os aspectos “inédito e não inédito” nos trabalhos comunitários, e “caráter de transformação ou de manutenção” do *status quo*, po-

deriam ser pensadas quatro possibilidades de práticas desenvolvidas, que estariam sendo contempladas em cada um dos quatro quadrantes, revelando variedades e diferenças em termos dessas dimensões. Nesta lógica de discussão, passa a fazer sentido pensar em *eixos analíticos* que permitam incluir os diferentes trabalhos comunitários e as múltiplas práticas psicossociais dentro de uma perspectiva, cujas caracterizações e avaliações *ultrapassem a mera identificação dos destinatários das ações, e/ou dos recursos utilizados, e/ou dos locais em que são desenvolvidos, e/ou dos temas exóticos ou incomuns que são abordados.*

Em continuidade e na direção de compreender e detectar as coerências internas e externas, presentes nos trabalhos comunitários, deparamo-nos com a dimensão que se refere à identificação do *tipo de projeto de sociedade e de ser humano* que estão contemplados nas concepções que essas práticas possuem. Isto leva à reflexão sobre o tipo de ator social que está sendo valorizado nos trabalhos comunitários, quanto a: a) lugar e poder de decisão que é atribuído a este ator social, com relação aos rumos do trabalho, recursos e estratégias a serem utilizadas e tipo de participação que pode ter; b) tipo de conhecimento que possui e a valorização que recebe por isto nas relações; c) perspectiva de trabalho que as relações acabam defendendo, em termos do *continuum* individual-coletivo.

Assim, diante destas considerações, poderíamos indagar sobre que condições seriam necessárias para a prática de uma Psicologia Social Comunitária, a partir de uma Psicologia da Libertação e, de modo interligado, também com a Teologia da Libertação (Martín-Baró, 1998a, 1998b; Pacheco e Jiménez, 2002; Dussel, 2002; Montero, 2003). Martín-Baró (1985, 1998a, 1998b) coloca que são necessárias três metas para fazer uma Psicologia da Libertação baseada na Teologia da Libertação. Para isso, Martín-Baró (1998b) retoma as “três instituições” (p. 295) consideradas mais importantes para que a *Teologia da Libertação* cumpra com suas determinações e compromissos sociais. A primeira é descrita como sendo “el objecto de la fé cristiana es um Dios de vida” (Martín-Baró, 1998b, p. 295). Neste sentido, as ações devem promover a vida e todas as suas manifestações, e o que estaria em oposição a isto não estaria no ateísmo, mas sim na idolatria, ou seja na “creencia em falsos dioses, dioses que producen la muerte” (Martín-Baró, 1998b, p. 295). Nesta proposição, o autor coloca que se faz necessário “esta búsqueda de la vida (que) exige un primer paso de liberación de las estructuras – sociales, primero; personales, después – que mantienen una situación de pecado, es decir, de opresión mortal sobre las mayorías” (Martín-Baró, 1998b, p. 295). O autor enfatiza, pois, a necessidade de serem criadas condições,

na vida cotidiana, que possam permitir uma libertação das estruturas sociais e pessoais que estejam aprisionadas a uma espécie de pacto de submissão e opressão. Esta primeira instituição, de acordo com Martín-Baró (1998b), estaria defendendo a Vida e, portanto, a libertação à opressão social. A segunda ‘instituição’ refere-se à primazia da verdade da prática sobre a verdade da teoria. Isto significa partir da vida concreta, das pessoas em seu cotidiano o mais simples e prosaico, para ir, então, à teoria sobre a vida. Trata-se, então, da primazia da “ortopraxis sobre la ortodoxia” (Martín-Baró, 1998b, p. 295) em que o fazer é o mais importante e decisivo do que o dizer, em que a prática concreta precede a concepção sobre a mesma. E, por fim, a terceira “instituição” trata do caminho ideológico que se refere à opção preferencial pelos pobres, “porque los pobres constituyen las mayorias de nuestros pueblos, porque solo los pobres ofrecen condiciones objetivas y subjetivas de apertura al outro y, sobre todo, al radicalmente outro” (Martín-Baró, 1998b, p. 296).

Partindo da Teologia da Libertação, Martín-Baró (1998b) indica que Psicologia Social da Libertação deveria contemplar três elementos essenciais. Aquilo que Martín-Baró (1998b) denomina de ‘novo horizonte’ referindo-se a trabalhar com problemas reais, concretos, locais e nacionais. O segundo referir-se-ia ao que chama de ‘nova epistemologia’ como significando estar “com” e a partir dos povos, na ótica dos oprimidos e da sua realidade concreta de vida. Isto significa estar construindo uma Psicologia *do* Oprimido e *não para* o Oprimido. E, o terceiro aspecto seria uma “nova práxis” apontando para a construção de uma atividade transformadora, em que a realidade das diferentes pessoas deveria ser conhecida naquilo que, de fato, ela é (tese), naquilo que não está podendo ser ou se constituir (antítese), e naquilo que ela poderia se tornar ou se constituir, em si, em termos de vir a ser ou de se potencializar (devir). Trata-se da compreensão do movimento histórico a que a realidade social está submetida e, no caso do campo da psicologia social, pode-se falar também para a realidade psicológica submetida a esses mesmos movimentos.

Com base neste lógica de articulação entre a Teologia da Libertação e a Psicologia Social da Libertação (Montero, 2003; Dussel, 2002) é possível fazer um paralelo com esses dois campos, buscando ligações para a perspectiva da Psicologia Social Comunitária. Que elementos, então, seriam importantes para se trabalhar em Psicologia Social Comunitária, de tal modo que maximizassem as coerências entre as práticas desenvolvidas e os projetos políticos defendidos? (Tabela 1).

Assim, para a Psicologia Social Comunitária destacam-se três aspectos essenciais:

- Ver na vida cotidiana as repercussões psicossociais das diferentes formas de opressão e fatalismo que se editam e re-editam a cada momento. Trata-se de identificar os impactos psicossociais sobre a vida cotidiana, assim como captar os significados, para as pessoas, sobre viver só ou viver em comunidade, percebendo-se em que medida isto afeta o desenvolvimento das práticas comunitárias (Freitas, 2003; Montero, 2003).
- Construir uma Relação Dialética na produção de conhecimento, no estabelecimento dos objetivos, na implementação das estratégias de ação comunitária e na formação dos núcleos orgânicos de trabalho.
- Explicitação de um Compromisso político e adoção de práticas psicossociais voltadas para intervenções coletivas com propostas de construção de atores coletivos. Compreensão dos reflexos e repercussões macro estruturais na vida cotidiana dos diferentes atores, em termos de favorecer ou dificultar a construção de relações solidárias e cooperativas.

TABELA 1  
Elementos Importantes na Perspectiva da Teologia da Libertação, Psicologia Social da Libertação e Psicologia Social Comunitária

<i>Teologia da Libertação</i>	<i>Psicologia Social da Libertação</i>	<i>Psicologia Social Comunitária</i>
Deus da vida Romper com estruturas que aprisionam	Trabalhar com problemas reais	Repercussões psicossociais da estrutura social
Primazia do fazer Verdade da prática	Psicologia dos oprimidos	Relação dialética na produção de conhecimento e adoção de estratégias
Opção pelos pobres Maioria pobre	Atividade transformadora	Explicitação compromisso e formação de atores coletivos em ações coletivas

### EIXO III DESAFIOS PARA A COERÊNCIA ENTRE PRÁTICAS PSICOSSOCIAIS E PROJETO POLÍTICO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Pensar sobre que aproximações e que distanciamentos poderia haver entre as práticas desenvolvidas em contextos comunitários e os projetos políticos vol-

tados para a realização dos mesmos, leva-nos a considerar, também, as repercussões psicossociais que aparecem nas diferentes relações interpessoais dentro dos trabalhos comunitários. Essas repercussões aparecem, muitas vezes, como resultado das diferentes interferências na vida cotidiana resultantes das alterações do mundo contemporâneo globalizado, que afetam, também, o desenvolvimento dos trabalhos comunitários dentro de uma perspectiva coletiva. Algumas destas repercussões, indicadas a seguir, foram sendo encontradas ao longo dos trabalhos comunitários e, em muitos casos, implicaram em desafios e dilemas enfrentados pelos diferentes participantes e atores dessas práticas, no sentido de garantir coerências entre as práticas psicossociais e as propostas de melhoria e transformação presentes em seus trabalhos. Estaremos indicando quatro desafios que nos parecem trazer desafios significativos aos trabalhos comunitários.

1 – O fato de termos acesso aos inúmeros acontecimentos no planeta, de diferentes lugares e contextos, quase instantaneamente, nos leva ao, que se está denominando aqui de, *fenômeno da presentificação da vida cotidiana* e, que acarreta formas de inserção e explicação na/da vida cotidiana que impedem ou dificultam mudanças. Um subproduto que deriva disto é a idéia de que estamos, sempre, nos atualizando e, portanto, atendendo às exigências da contemporaneidade, com uma boa dose de superficialidade na compreensão dos determinantes do fenômeno em questão. Outro subproduto liga-se à falsa idéia de conhecimento sobre a realidade em questão, ou seja, prescindimos do contato real e da convivência cotidiana para poder conhecer aquela realidade. Quando se passa a crer que não é mais necessário submergir, diretamente, na realidade concreta para conhecê-la, a sensibilidade para com esta realidade, situação ou pessoas se distorce, fica incompleta e, conseqüentemente, prejudicada. No contexto e dinâmica das ações comunitárias, poder-se-ia chamar de *mediatização da caridade ou tecnificação da ação pró-social*. Presencia-se uma espécie de naturalização dos acontecimentos, das opressões e das exclusões, de modo que a contínua exposição às mazelas econômico-sociais cria uma idéia de que este quadro é quase normal, imutável e pouco reversível.

2 – Este acesso rápido ao “mundo dos acontecimentos”, ao lado da idéia de estar presente ou acompanhando os mesmos, cria a possibilidade das pessoas escolherem sobre querer se aproximar, ou se distanciar, daquela realidade na qual poderiam atuar. Isto está sendo denominado, aqui, de fenômeno da *“participação sem o envolvimento”* no cotidiano concreto. Criam-se possibilidades de pseudoenvolvimento sem a imersão emocional, e caminhos para o sentir-se per-

tencente sem existir a práxis. Tratar-se-iam de uma espécie de “tipos psicológicos de participação” associados aos sentimentos de estar participando. Ou seja, dependendo do grau de crença e avaliação que a pessoa faz a respeito de si mesma, associado ao significado que aquela ação tem para si, esta pessoa pode, por exemplo, sentir-se participante, como se tivesse uma atuação importante, mesmo que tenha uma espécie de participação “contemplativa”, como é o caso dos fervorosos debatedores das questões sociais, sem praticamente irem ou conhecerem a realidade concreta.

3 – Há a divulgação de uma falsa idéia de que as demandas e necessidades da população estão sendo atendidas, devido ao grande número de ONGs, projetos e programas que são criados diariamente. Em verdade, o que temos presenciado é uma razoável manutenção da realidade de sucateamento e despolitização, uma vez que as precárias condições de vida permanecem assentadas nas suas bases estruturais, enquanto se fragmenta a vida cotidiana.

4 – Dentro dos trabalhos comunitários temos enfrentado formas sutis e silenciosas de exclusão e discriminação que muitas vezes passam despercebidas. A repercussão pode ser o distanciamento entre a proposição de uma ação coletiva e o resultado das ações pontuais. Estas formas aparecem através de explicações que orientam a ação imediata, justificando a submissão em nome de uma melhora a acontecer no futuro. Temos, como exemplo, os inúmeros projetos de inclusão, defendendo um nivelamento e pseudo igualdade de direitos, quando em essência resultam na precarização da qualidade de ensino para todos e na indiferença para com a miséria e a exclusão dos incluídos. Concorda-se, aqui, com Cohn (2002) quando diz que “a aceitação generalizada da diferença é a expressão exata da indiferença... e que a face contemporânea da barbárie exprime-se na indiferença” (p. 42) ao se referir ao sucateamento nos serviços e condições de trabalho e sobrevivência psicossocial na área da saúde. A apologia que é feita à chamada “aceitação da diferença” de modo quase universal e padronizado, significa, na verdade, precarizar o diferente, e ser indiferente (aceitando) com sua miséria, pobreza, dores e mazelas cotidianas.

Finalizando, pode-se dizer que a preocupação nesta exposição foi a de indicar alguns aspectos e dinâmicas que, na experiência dos trabalhos comunitários, têm se apresentado como críticos para as práticas psicossociais em comunidade. E isto tem se referido ao fato de serem geradas repercussões na vida cotidiana e nas relações dos trabalhadores comunitários que deveriam, também, ser consideradas quando pensarmos no quanto os trabalhos estão de fato promovendo

ou apontando para a transformação social. Assim, a percepção e avaliação que os próprios agentes destas práticas têm sobre sua participação e o trabalho, juntamente com o tipo de compreensão sobre o que seja um trabalho transformador, apresentam-se como aspectos importantes para reunirmos dados relativos á dinâmica e prática comunitárias, buscando-se as condições que poderiam garantir as coerências entre as práticas desenvolvidas e os compromissos assumidos.

## REFERÊNCIAS

- Anderson, P. (1998). Balanço do neoliberalismo. In Sader, E. & Gentili, P. (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*, (4ª ed.): (pp. 9-38). São Paulo: Paz e Terra.
- Cohn, G. (2003). Renovando os problemas nas Ciências Sociais. In P. Goldenberg, R. M. G. Marsiglia & M. H. A. Gomes. *O clássico e o novo* (pp. 35-46). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Doimo, A. M. (1995). *A vez e a voz do popular*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Dussel, E. (2002). *Ética da libertação. Na idade da globalização e da exclusão*, (2ª ed). Petrópolis: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (1994). Práticas en comunidad y psicología comunitária. In M. Montero (Coord.). *Psicología Social Comunitária. Teoría, método y experiencia* (pp.139-166). México: Universidad de Guadalajara.
- Freitas, M. F. Q. (1998). Novas práticas e velhos olhares: uma conciliação possível? In L. Souza, M. F.Q. Freitas & M. M. P. Rodrigues (Orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes* (pp. 83-108). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Freitas, M. F. Q. (2000). Voices from the Soul: the construction of Brazilian community social psychology. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, London: Wiley Eds., 10, 315-326.
- Freitas, M. F. Q. (2002). Intersecciones entre sentido de comunidad y vida cotidiana. In I. Piper (Comp.). *Políticas, sujetos y resistencias – Debates y críticas en Psicología Social* (pp. 293-306). Santiago de Chile: Editorial ARCIS.
- Freitas, M. F. Q. (2003). Psychosocial practices and community dynamics. Meanings and possibilities of advance from the perspective of the engaged social actors. In M. Montero & P. F. Christlieb (Eds.). *The International Journal of Critical Psychology*, London: Lawrence & Wishart, 9, 107-124.
- Guareschi, P. A. (2004). *Psicologia social crítica como prática de libertação*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Gohn, M. G. (2000). *Mídia, terceiro setor e MST*, (1ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Landim, L. (Org). (1998). *Ações em sociedade. Militância, caridade, assistência etc.*, (1ª ed.). Rio de Janeiro: NAU.
- Martín-Baró, I. (1985). *Acción e ideología. Psicología social desde centroamérica*, (2ª ed.). El Salvador: UCA Editores.
- Martín-Baró, I. (1987). El latino indolente. Carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. In M. Montero (Coord.). *Psicología política latinoamericana* (pp. 135-162). Caracas: Editorial PANAPO.
- Martín-Baró, I. (1998a). El quehacer desideologizador de la Psicología. In A. Blanco (Ed.). *Psicología de la Liberación* (pp.131-202). Madri: Editorial Trotta.
- Martín-Baró, I. (1998b). La liberación como exigencia de la praxis. In A. Blanco (Ed.). *Psicología de la Liberación* (pp. 283-342). Madri: Editorial Trotta.
- Montero, M. (2003). Relatedness as the basis for liberation. In M. Montero & P. F. Christlieb (Eds.). *The International Journal of Critical Psychology*, 9, 61-74, London: Lawrence & Wishart.
- Pacheco, G. & Jiménez, B. (Comps.). (2002). *Ignácio Martín-Baró (1942/1989). Psicología de la Liberación para América Latina*, (2ª ed). México: ITESO.
- Ribeiro, W. C. (Org.). (2002). *O país distorcido. O Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Ed. PubliFolha.
- Sandoval, S. (2001). The crisis of the Brazil labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Psicología Política*, 1, 2, 173-195.
- Santos, M. (2004). *Por uma outra globalização*, (5ª ed.). São Paulo: Record.
- Scherer-Warren, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras*. São Paulo: Hucitec.

Recebido em: 14/06/04. Aceito em: 31/03/2005.

### **Autora:**

Maria de Fatima Quintal de Freitas – Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação e em Psicologia, Universidade Federal do Paraná.

### **Endereço para correspondência:**

MARIA DE FATIMA QUINTAL DE FREITAS  
Rua General Carneiro, 460 – Ed. Dom Pedro I – Setor de Educação  
CEP 80060-150, Centro, Curitiba, PR, Brasil  
E-mail: fquintal@terra.com.br